

LUTA POR DIREITOS

Negociação com a reitoria será amanhã às 16 horas

Reunião para discussão da pauta específica de reivindicações é aguardada desde o final da greve unificada que conquistou a jornada de 30 horas na saúde para os servidores da assistência, respeito à súmula 444 do TST, reajuste linear de 5,2% retroativo à data-base e progressão de uma referência nos pisos salariais.

Logo após o encerramento da greve a diretoria do STU encaminhou ofício solicitando à reitoria o agendamento de reunião para retomar a negociação da pauta específica de reivindicações da categoria, aprovada em assembleia e protocolada junto à direção da Unicamp em 22 de maio (ver quadro na página 2). Nesta quarta-feira (22), às 16 horas, será realizada a primeira conversa no pós-greve entre a comissão de trabalhadores e representantes do sindicato eleita em assembleia e o reitor José Tadeu Jorge para debater os pontos pendentes.

Avançar nas conquistas

A greve de 115 dias e as lutas na Unicamp conquistaram diversos pontos da pauta, como a retomada da jornada de 30 horas na saúde (aprovada no Conselho Universitário em 5 de agosto para trabalhadores de 51 atividades com início previsto para dezembro), a progressão de uma referência nos pi-

sos salariais (que efetivou um avanço em direção à isonomia com os vencimentos praticados na USP) e o respeito à súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho (que estabelece o pagamento em dobro das horas trabalhadas em feriados para servidores que cumprem jornada 12x36), além do reajuste linear de 5,2% retroativo à data-base.

No caso da súmula 444, a reitoria reconheceu o direito e passou a efetivar o pagamento. O direito se estende também aos trabalhadores contratados pela Funcamp, conforme acordo coletivo 2012/2013, assinado entre a Universidade e o SEAAC instituindo a jornada 12x36 em diversas áreas, especialmente nas atividades de vigia, manutenção, alimentação, assistência à saúde. De acordo com informações do SEAAC, o direito vem sendo respeitado pela Fundação desde junho do ano passado. A súmula foi editada em setembro de 2012.

(Continua na página 2)



PAUTA ESPECÍFICA

Efetivar a isonomia e as 30 horas para todos na saúde

No entanto, ainda há reivindicações não atendidas. Sendo a principal delas a efetivação do compromisso assumido formalmente pela reitoria em julho do ano passado em relação à isonomia nos pisos com a USP. A implementação da segunda fase do processo de isonomia na data-base 2014 não foi integralmente cumprida, ficando restrita à referência que será paga em novembro. Pela proposta apresentada pela reitoria no ano passado, até abril de 2015 o processo de isonomia deveria ser concluído e o STU cobrará respeito a esse compromisso.

Em relação às 30 horas, a reivindicação da categoria é que todos os

servidores da de saúde cumpram esta jornada. A diretoria do sindicato vai protocolar na reunião com o reitor cópia do abaixo-assinado formulado por trabalhadores dos setores que reivindicam fazer as 30 horas - especialmente na Nutrição, agendamento e recepção, que já cumpriam tal jornada e foram excluídos da deliberação do CONSU.

Pauta Específica

1 – Antecipação da isonomia já na data-base (efetivada com a greve uma referência nos pisos / pendente a complementação da segunda fase);

2 – Implementação das 30 horas na Saúde (aprovada no CONSU durante a greve para servidores da assistência, demais trabalha-

dores seguem cobrando);

3 – Mais vagas nas creches;

4 – Implantação do vale refeição;

5 – Garantia e calendário da 2ª etapa da Mudança de Regime;

6 – Carreira dos funcionários;

7 – Extensão do auxílio alimentação para aposentados;

8 – Isonomia com a Unicamp para os trabalhadores FUNCAMP;

9 – Redução do valor do fretado com vistas à gratuidade e melhoria dos serviços e da mobilidade no transporte público e no serviço de circular interno;

10 – Cumprimento da Súmula nº 444 do TST, que prevê pagamento em dobro em feriados trabalhados para plantonistas (efetivado no pós-greve).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

STU dá continuidade ao processo de devolução do imposto sindical

Embora não tenha sido possível realizar o crédito da devolução do imposto sindical a todos os associados no dia 10 de outubro, todos os servidores que optaram pelo crédito por meio do banco Santander receberam o valor no dia 10. No caso dos associados que decidiram receber o dinheiro em conta do Banco do Brasil, problemas técnicos de compatibilidade com o sistema de informática do banco dificultaram o procedimento, mas o STU efetuou o pagamento no dia 17 de outubro.

É importante esclarecer que o funcionário celetista que mudou de regime (tornando-se estatutário) até fevereiro deste ano não tem direito à restituição porque não sofreu desconto, já que o imposto não é cobrado em contratos estatutários. Já o funcio-

nário celetista que mudou de regime depois de março e sofreu o desconto terá direito à restituição. Para receber a quantia é necessário seguir os procedimentos estabelecidos pelo STU de acordo com sua situação (sócio ou não sócio).

No caso dos aposentados, somente os celetistas na ativa têm direito a devolução.

Para receber o crédito é necessário atualizar os dados pessoais e bancários junto ao departamento de Finanças do STU. A orientação vale também para a devolução dos valores relativos ao ano passado.

Não-sócios

O servidor que não é sócio do STU deve preencher o cadastro on-line disponível no site do STU até 31 de ou-

tubro. É obrigatório informar dados como nome, matrícula, CPF e conta bancária para crédito (não pode ser conta salário).

Quem não tiver como preencher o formulário de forma eletrônica deve imprimir a ficha no site e protocolá-la preenchida no sindicato. A devolução aos não-sócios está prevista para ocorrer a partir de 15 de novembro.

Quantia a ser devolvida

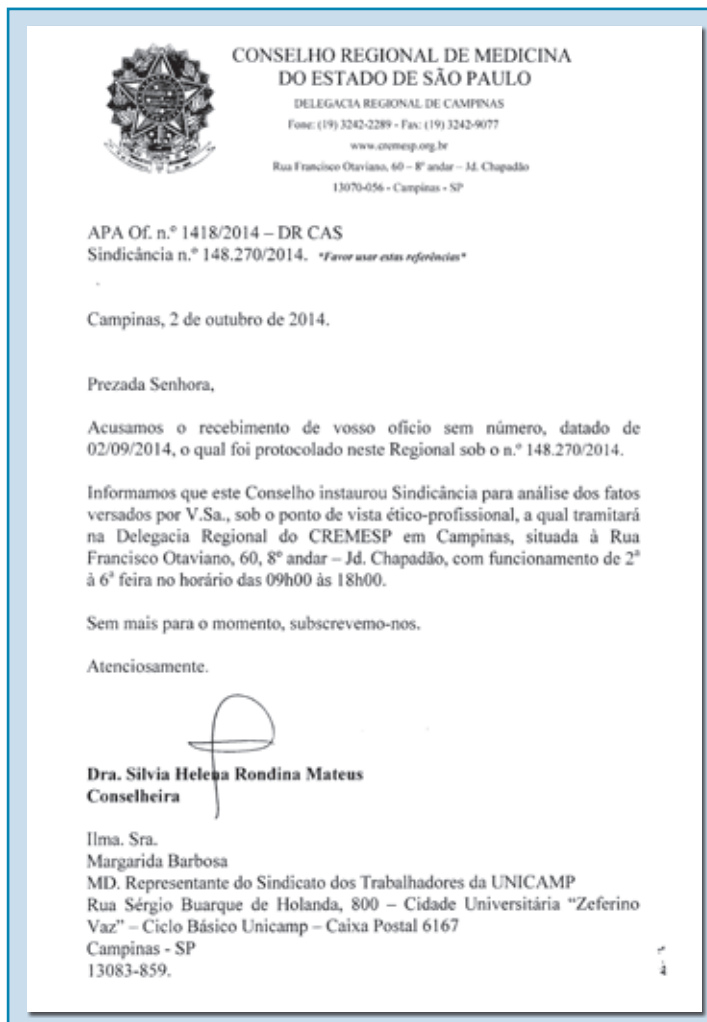
Será devolvida ao funcionário a parcela que cabe ao sindicato, que é de 60% do valor equivalente a um dia de salário de cada servidor contratado diretamente pela Unicamp. O restante é repassado diretamente pela Universidade à Federação, à Confederação e ao Ministério do Trabalho, nos termos da lei.

Conselho de Medicina instaura sindicância para apurar denúncias feitas pelo STU

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo comunicou ao STU que instaurou sindicância para apurar as denúncias feitas pelo sindicato sobre o comportamento do médico e docente Paulo Palma. O procedimento tramitará na Delegacia Regional do CREMESP em Campinas.

Em setembro, durante a greve, servidores do centro cirúrgico do HC foram desrespeitados e agredidos quando se reuniam para discutir a participação do setor no movimento. À época diversos funcionários relataram ao sindicato que o professor e docente Paulo Palma teria xingado trabalhadores que exerciam o legítimo direito de greve de “vagabundos” e “bandidos”. Também é imputada ao médico a frase: “Gente assim a gente trata é com porrada”. Além disso, Palma postou em seu perfil no facebook comentários ofensivos aos grevistas e que davam a entender que os servidores estariam com má-vontade em trabalhar e poderiam ter sabotado caixas cirúrgicas. Tais acusações são inverídicas, e a própria Unicamp reconheceu o problema de higienização gerado por mau funcionamento das máquinas de autoclave.

Naquele momento, dirigentes do STU chegaram a registrar boletim de ocorrência contra o médico. Também foram encaminhadas denúncias à Ouvidoria da Universidade, à Superintendência do HC, à DGRH e à reitoria. O STU segue acompanhando o caso e informará à categoria os desdobramentos. A conduta do professor é uma prática de assédio moral inaceitável.



MUDANÇA SEM EXPLICAÇÃO

STU cobrará mudança sem aviso prévio da primeira parcela do 13º

Conforme consulta ao site da DGRH, pelo menos desde 2008 o pagamento da primeira parcela do 13º salário vem sendo realizado pela Unicamp entre os dias 16 e 20 de outubro. Neste ano, no entanto, apenas no dia 10 deste mês foi avisado que o crédito da primeira parcela do 13º em 2014 será feito no dia 21 de novembro. O paga-

mento da segunda parcela, com o reajuste de 5,2%, será depositado em 5 de dezembro.

Ocorre que vários trabalhadores já tinham assumido compromissos contando com o pagamento ainda neste mês. Embora o procedimento utilizado pela Universidade seja juridicamente legal, a diretoria do STU ressalta que

tais mudanças - que acabam por trazer prejuízos para os trabalhadores - não podem ser realizadas desta forma.

Assim como a Unicamp tem que se organizar para pagar seus compromissos, os trabalhadores também o fazem. E a reitoria não apresentou nenhuma justificativa para a mudança.

Plenária discute revisão dos Estatutos dia 23, às 12 horas, no PB

Nesta quinta-feira (23), a partir do meio-dia, o STU convida todos os servidores a participar da plenária para discussão de propostas para a revisão estatutária na Unicamp. A atividade acontecerá na sala PB-14.

A diretoria do STU discutiu a proposta de revisão dos Estatutos

apresentada pelo grupo de trabalho criado pela reitoria e fez várias considerações sobre concepção de universidade, democracia, transparência e questões disciplinares, que serão discutidas na plenária. Além disso, a direção do sindicato entende que é necessário abrir um amplo processo de

discussão da reforma dos estatutos, que culmine na realização de uma estatuinte paritária. Essas propostas serão dialogadas com a Adunicamp e o DCE. O modelo de debates proposto pelo GT da reitoria tende a limitar as discussões a sugestões individuais e debates nas congregações.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Eleição da CIPA acontece nos dias 29 e 30 de outubro

O processo eleitoral para indicação dos representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Unicamp (CIPA-Unicamp) acontece nos dias 29 e 30 de outubro em todos os campi. A lista de candidatos inscritos e os locais de votação estão

disponíveis no site na Comissão <www.cipa.unicamp.br>.

O voto é obrigatório para todos os servidores contratados diretamente pela Unicamp. E a CIPA é um importante instrumento legal de fiscalização das condições de trabalho e segurança.



SECA

Falta de água chega à Unicamp

A Unicamp enfrentou na semana passada os efeitos da crise de abastecimento de água do Estado. Na sexta-feira (17) a Sanasa cortou o fornecimento em mais da metade do campus de Barão Geraldo e só não houve paralisação generalizada das atividades devido aos reservatórios mantidos pela Universidade. O RA, no entanto, não pode funcionar.

E a moradia foi afetada pelo corte.

A Agência Nacional de Águas divulgou a informação de que desde 2004 o governo do Estado de São Paulo foi notificado sobre a necessidade de reduzir a dependência do sistema Cantareira, que se encontra nos mais baixos níveis históricos e, segundo a própria Sabesp, só tem garantia de fornecimento até me-

dos de março do ano que vem.

A maior crise hídrica da história paulista é resultado do descaso do governo Alckmin (PSDB), que empurrou o problema para depois das eleições e segue afirmando que não há racionamento, embora a falta de água seja vivida cotidianamente pela população em diversas regiões do Estado.